



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Formação profissional**

**CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DA PNE EM SERVIÇO SOCIAL:** em defesa do projeto de  
formação acadêmico profissional em Serviço Social

**MAICOW LUCAS SANTOS WALHERS<sup>1</sup>**

**CIRLENE APARECIDA HILÁRIO DA SILVA OLIVEIRA<sup>2</sup>**

**Resumo:**

Apresentamos os resultados da pesquisa de doutorado que analisou a partir da pesquisa do Estado da Arte os rebatimentos da PNE na qualificação do estágio supervisionado em Serviço Social em consonância com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. A mais de uma década de sua efetivação, buscamos apreender criticamente os seus rebatimentos na qualificação do estágio supervisionado em âmbito nacional.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Diretrizes Curriculares da ABEPSS, Estágio Supervisionado, Política Nacional de Estágio.

**Abstract:**

We present the results of doctoral research that analyzed, based on State of the Art research, the PNE's impact on the qualification of supervised internships in Social Work in line with the ABEPSS Curricular Guidelines. More than a decade after its implementation, we sought to critically understand its impact on the qualification of supervised internships nationwide.

**Keywords:** Social Work, ABEPSS Curriculum Guidelines, Supervised Internship, National Internship Policy

---

<sup>1</sup>Universidade Estadual Paulista - Franca - Cássia - MG

<sup>2</sup>Universidade Estadual Paulista - Franca - SP

## INTRODUÇÃO

Apresentamos para o debate a pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós-graduação em Serviço Social em uma universidade pública do estado de São Paulo, que teve por objetivo analisar os rebatimentos da Política Nacional de Estágio em Serviço Social, em seus dez anos de implementação por meio do Estado da Arte, através das teses e dissertações dos Programas de Pós-graduação vinculados as UFA's filiadas a ABEPSS e que são reconhecidos pela CAPES.

Configurou-se como objetivo específico a análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação das referidas UFA's, buscando identificar como o estágio supervisionado está organizado e se estão em consonância com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e, principalmente, se a PNE contribuiu para a elaboração ou revisão dos respectivos projetos pedagógicos. Também compôs como parte da pesquisa, os periódicos vinculados aos Programas de Pós-graduação em Serviço Social e áreas afins que tinham como tema o estágio supervisionado e/ou supervisão de estágio e/ou a Política Nacional de Estágio.

Esses três momentos da pesquisa do Estado da Arte contribuíram para a realização da triangulação da análise, onde percebemos como o objeto de pesquisa (a Política Nacional de Estágio) está contribuindo e sendo apropriada pelos cursos e pela categoria, seja como objeto de investigação ou como embasamento para a qualificação do estágio supervisionado em Serviço Social.

Percebemos que, dialeticamente, o estágio supervisionado toma outra dimensão e significado na formação acadêmico-profissional em Serviço Social, principalmente a partir da sua concepção nas Diretrizes Curriculares: apesar de sempre estar presente no Serviço Social desde sua gênese, é a partir das DC's que o estágio é maior problematizado, estando na vanguarda do debate e fóruns de organização da categoria, especialmente na qualificação do projeto de formação acadêmico-profissional, onde a ABEPSS historicamente é a protagonista desse processo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Neste sentido, a PNE é produto da organização política e dos acúmulos acadêmico-profissional e científico da categoria, mas também os avanços que a PNE traz no seu bojo tem contribuído para a defesa da qualidade do estágio supervisionado em Serviço Social. Dessa forma, a temática é tensa, contraditória e dialética: nota-se os avanços e a importância do estágio supervisionado na práxis profissional, diante da dimensão investigativa e interventiva da categoria, mas ainda carece de avanços na preservação do lugar que o estágio deve ocupar na formação em Serviço Social. Esse terreno é aberto e está em constante mudança, enfrentando disputas de projetos de formação e de profissão, que se sustentam em projetos societários e de classe mais amplos.

Como resultado da pesquisa realizada, apresentamos uma contribuição para a categoria ao identificar os nós problemáticos do estágio, suas contribuições na defesa do projeto de formação profissional construído coletiva e hegemonicamente pela categoria e principalmente, identificar as contribuições da PNE nesse processo e os pontos que merecem ser avançados e problematizados pela profissão.

### **Os avanços da categoria profissional na qualificação do estágio supervisionado: uma nova lógica curricular e uma nova forma de compreender o estágio em Serviço Social**

O estágio supervisionado em Serviço Social adquire um novo patamar a partir das Diretrizes Curriculares (DC's) da ABEPSS, que são produto de um movimento amplo e histórico da profissão em defesa da qualidade da formação acadêmico-profissional em Serviço Social, a partir do movimento da profissão a partir do movimento coletivo da profissão que culminou com o movimento de conceituação a partir da década de 1960, culminando com a busca de superação do Serviço Social tradicional e a construção de novas bases ético-políticas que se expressa na Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8662) e do Código de Ética, ambos de 1993 e com as Diretrizes Curriculares de 1996.

As DC's foram construídas em um momento histórico que marcou o avanço da profissão em defesa de um projeto profissional crítico e alicerçado na matriz social crítica, que tem na centralidade da categoria trabalho, como fundante do ser social e das contradições da sociedade capitalista. Concepção suficientemente desenvolvida por Yamamoto (2008, p. 57): “[...] o Serviço



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Social se formou e desenvolveu no marco das forças societárias, como especialização do trabalho na sociedade”.

As DC's são produto do compromisso da categoria em defesa do projeto de formação profissional que sinaliza o acúmulo histórico do Serviço Social, o redimensionamento político em defesa do projeto profissional crítico e alicerçado na tradição marxista e sua viabilidade principalmente na atual conjuntura mundial, em que vivencia a crise do padrão civilizatório do capitalismo.

*O núcleo desse patrimônio é compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista — no diálogo com outras matrizes analíticas — e politicamente pela aproximação das forças vivas que movem a história; as lutas e movimentos sociais. (IAMAMOTO, 2014, p. 613, grifo do autor)*

Frente a este contexto, as DC's buscam materializar a construção de um perfil profissional com competência ético-política e teórico-metodológica, capaz de instrumentalizar para a intervenção profissional por meio do desvelamento da realidade social, e a partir das contradições da sociedade e os desafios vivenciados no mundo trabalho que tem sua expressão através do acirramento da luta de classes e sua particularização nas mazelas da questão social, criar respostas críticas e propositivas na perspectiva da consolidação dos direitos sociais e do fortalecimento da classe trabalhadora enquanto coletivo, contribuindo para a construção de uma práxis emancipatória. Neste sentido, concordamos com Martinelli (2006): “mais do que conhecer é preciso agir de modo competente, crítico, qualificado teoricamente e ainda mais é preciso também muita coragem para lutar contra os obstáculos que se interpõem em nossa caminhada”. (MARTINELLI, 2006, p. 21).

O projeto de formação em Serviço Social materializado nas Diretrizes Curriculares sinaliza um perfil profissional, onde as dimensões ético-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológicas estão articuladas num mesmo processo, dando solidez e materialidade no exercício profissional, reconhecendo o caráter interventivo, investigativo e organizativo da profissão como intrinsecamente relacionado.

Destacamos o estágio supervisionado a partir das DC's caracteriza-se como componente curricular obrigatório, considerado espaço de mediação no processo de ensinagem, articulando conhecimentos e recursos pedagógicos que permitem realizar a apreensão crítica da realidade social. Crítica esta mobilizadora de estratégias através de competências e habilidades necessárias para a intervenção profissional.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

[...] é parte integrante e essencial na formação do assistente social. É lócus apropriado onde o aluno estagiário treina o seu papel profissional, devendo caracterizar-se, portanto, numa dimensão de ensinagem operacional, dinâmica, criativa, que proporcione oportunidades educativas que levem à reflexão dos modos de ação profissional e de sua intencionalidade, tornando o estagiário consciente de sua ação. (BURIOLLA, 2001, p. 79).

O estágio supervisionado enquanto espaço privilegiado de desenvolvimento da autonomia, do compromisso ético-político e de construção da identidade profissional, se fundamenta a partir da inserção do (a) estagiário (a) no espaço sócio-ocupacional, contribuindo para a compreensão do lugar que ocupa o Serviço Social na sociedade capitalista e o profissional enquanto sujeito social e político, capaz de se articular na construção de respostas críticas e propositivas que tem como norte um projeto emancipatório.

Partimos das contribuições de Oliveira (2009) em relação aos elementos significativos do estágio, para apresentar nossa análise em relação a articulação dos fundamentos da profissão no estágio supervisionado. A autora destaca a legalidade, a legitimidade, os diferentes sujeitos – partícipes desta atividade acadêmica – e a construção de uma nova lógica curricular e de princípios como a legalidade, a legitimidade e a construção de uma nova lógica curricular.

Partimos da compreensão da dimensão que o estágio curricular nas DC's, que o reconhece como parte do processo de ensinagem, configurando como atividade pedagógica que tem como objetivo capacitá-lo para o exercício profissional, o que supõe a articulação do conhecimento (teórico-metodológico, técnico-operativo) com a realidade social, com uma intencionalidade que está relacionada ao projeto profissional construído coletivamente (ético-política).

[...] atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Essa supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética Profissional (1993). O estágio supervisionado é concomitante ao período letivo escolar. (ABESS; CEDEPSS, 1997, p. 71).

Para autora, o estágio não deve ficar circunscrito a uma disciplina, de forma fragmentada, isolada e pulverizada, mas configura-se como temática transversal, relacionando com os núcleos de fundamentos da profissão e os conhecimentos teórico-metodológicos necessários para a intervenção profissional, através da decodificação da realidade social e de suas múltiplas determinações:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Trata-se de temática transversal, que deve ser de responsabilidade do corpo docente formado, no caso, pelos assistentes sociais, que, por sua vez, deve estar presente sobretudo no desenvolvimento dos conteúdos programáticos das disciplinas que compõem o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, numa mediação entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o exercício profissional. (OLIVEIRA, 2009, p. 103)

Em relação aos diferentes sujeitos partícipes desta atividade acadêmica, Oliveira (2009), destaca a importância do supervisor de campo na socialização e reflexão em relação ao conhecimento específico da área em que o trabalho profissional é desenvolvido, considerando que a “mediação deste saber produzido, alicerçado nos fundamentos teórico-metodológicos, é fundamental no processo de capacitação profissional do estudante de Serviço Social”. (OLIVEIRA, 2009, p. 106).

Em relação ao supervisor acadêmico, enquanto “[...] docente responsável pela reflexão teórico-metodológica das questões pertinentes ao exercício profissional cotidiano, emergentes da realidade social e de seus desdobramentos”, coloca como uma de suas atribuições “[...] identificar carências teórico-metodológicas e técnico-operativas do estagiário e contribuir para sua superação, desenvolvendo um exercício reflexivo sobre seu processo de formação profissional (relação teoria-prática)”. (OLIVEIRA, 2009, p. 106).

Neste processo cabe ao estagiário enquanto sujeito do seu processo de ensinagem, realizar a reflexão crítica da realidade social, procurando realizar as mediações entre o conhecimento e a realidade social e contribuir para o processo de construção coletiva dessa atividade pedagógica através da troca entre os sujeitos inseridos no processo de supervisão.

Dessa forma, o estágio curricular é espaço de legitimação da profissão enquanto momento de relação e síntese entre teoria e realidade social, de afirmação de competências e habilidades construídas ao longo do curso e de construção da identidade profissional a partir de uma nova lógica curricular que está assentada nas DC's.

O estágio supervisionado curricular obrigatório adquire um novo patamar e dimensão na formação profissional, principalmente a partir das Diretrizes Curriculares de 1996 e mais recentemente com a Política Nacional de Estágio – PNE (2010).

O estágio supervisionado curricular em Serviço Social possui significado ímpar no processo de capacitação para o exercício profissional do assistente social e seu estudo se configura como temática central no fórum de debates sobre a formação profissional, sobretudo no momento contemporâneo. (OLIVEIRA, 2009, p. 100).





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Sua apropriação pela categoria ainda é um processo contraditório e tensionado, pois envolve as condições de trabalho e formação profissional em sua totalidade histórica, social e político-econômica.

O estágio, conforme mostra a história na educação superior brasileira, é uma categoria histórica e determinada que vem sendo construída ao longo do processo de formação nos mais diferentes cursos. Assim, como uma dimensão histórica, ele foi adquirindo e estabelecendo possibilidades diversas, conforme as áreas do conhecimento. É um dos elementos responsáveis, mas não o único, pela aprendizagem da dinâmica da realidade profissional e social pelos estudantes, isto é, articulação entre os conhecimentos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo da profissão. (RIBEIRO, 2009, p. 84).

Hegemonicamente, o estágio supervisionado é defendido pela categoria na perspectiva da formação profissional crítico e competente, como atividade que deve propiciar um espaço de desenvolvimento de competências, habilidades para o trabalho profissional, através da aproximação com o exercício profissional mediante supervisão acadêmica e de campo, o que supõe planejamento pedagógico.

### **O a dimensão ético-política da PNE e sua importância na qualificação do estágio supervisionado em Serviço Social**

As normativas e instrumentos construídos no campo do exercício e da formação profissional são estratégias de luta política, de resistência e de enfrentamento ao projeto capitalista de educação e a toda sua lógica destrutiva enquanto sociabilidade assentada na divisão de classes, na apropriação dos meios de trabalho e da riqueza socialmente produzida e da desigualdade social estrutural que está na lógica de sua reprodução social. Ou seja, é uma profissão que se insere no mundo do trabalho e, a partir das suas contradições, cria e se recria frente a realidade social, procurando materializar seu projeto ético-político, enquanto direção da profissão vinculada um projeto societário maior, pertencente a classe social na qual faz parte, a classe trabalhadora, enquanto classe historicamente revolucionária.

A partir desse direcionamento da profissão, a articulação da formação com o exercício profissional, procurando a relação entre conhecimento e realidade social, torna-se uma das



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

preocupações da categoria, exigindo a necessidade de um perfil profissional com competências e habilidades necessárias para intervenção competente e atenta com as mudanças no mundo do trabalho e que se expressa nos diferentes espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social.

O relatório avaliativo das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, sinalizou a importância da criação de uma Política que orientasse o estágio supervisionado em Serviço Social em todo território profissional, afirmando sua concepção a partir das DC's, sua contribuição na relação indissociável entre teoria e prática, seus princípios, as atribuições dos sujeitos partícipes do processo de supervisão e os instrumentos para sua efetivação, reafirmando a importância das instâncias e organismos fundamentais para a organização do estágio supervisionado enquanto componente curricular obrigatório.

Esse processo coletivo de debates demonstra o caráter mobilizador e estratégico da PNE na defesa do projeto de formação profissional e como instrumento de luta contra a precarização do ensino superior. Neste sentido, a resposta das Unidades de Formação Acadêmica, as UFA's, professores, estudantes e assistentes sociais ao chamado da ABEPSS foi significativa e propositiva, tornando a construção da PNE um elemento de mobilização efetiva em todo Brasil, conforme demonstram os dados relativos aos debates ocorridos no país que discutiram a Política: 80 eventos, que contaram com a participação de 175 UFA's e 4.445 participantes. (ABEPSS, 2009, p. 163).

A Política Nacional de Estágio (PNE) nasce do esforço coletivo da categoria, tendo a ABEPSS como unidade que tem como princípio a defesa da formação acadêmico-profissional em todo território nacional. É produto dos acúmulos dos debates e pesquisas realizadas por pesquisadores (as), trabalhadores (as) e organização política através de seminários, eventos e pesquisas no âmbito da pós-graduação, procurando desvelar os desafios postos para a efetivação do estágio supervisionado, em um contexto de mercantilização da educação, precarização do ensino e sucateamento das políticas públicas.

A PNE vem apresentar respostas a diversos desafios como o distanciamento das UFA's com os campos de estágio, resultando uma falta de conhecimento daquelas em relação às dificuldades, condições de trabalho e de supervisão, a falta de articulação da supervisão de campo e acadêmica, garantindo a tríade que compõe a supervisão, de forma sistemática, proporcionando que o conteúdo do estágio seja articulado com as disciplinas e conteúdo do projeto pedagógico do curso e trabalhado no plano de estágio, articulando dessa forma conhecimento e realidade, teoria e prática através do processo de ensinagem, enquanto prática pedagógica.





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Quanto ao conteúdo das disciplinas, propõe-se apontar, claramente, para a indissociabilidade entre teoria e prática em cada nível do estágio supervisionado curricular. Esta unidade perpassará a análise da intervenção profissional, desde a inserção do estudante no espaço socioinstitucional, que indica a observação do trabalho do assistente social e a reconstrução do seu objeto (apreensão das contradições frente às diferentes manifestações da questão social), até a compreensão da dinâmica institucional e suas respostas por meio das políticas sociais e institucionais e, finalmente nas respostas profissionais por meio de processos interventivos e investigativos do Serviço Social nos diferentes campos de atuação, sempre observando a dimensão ética. (ABEPSS, 2009, p. 188).

As condições do docente supervisor (a) acadêmico, principalmente diante da lógica cada vez mais gerencial das universidades, envolta em números de produção de artigos, pesquisas, orientações e demais atribuições do docente com pesquisa, ensino, extensão e gestão do curso, estando paralelamente atentas as particularidades da supervisão acadêmica conforme preconizado pelas normativas relacionadas ao estágio. A articulação da supervisão de campo e acadêmica e as visitas aos campos de estágio, entre outros desafios são abordados pela PNE, através dos princípios de indissociabilidade entre teoria e prática, estágio supervisão de campo e acadêmica e das dimensões de teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. A supervisão de estágio exige uma visão de totalidade, onde diversos sujeitos se articulam para a concretização dessa atividade pedagógica:

Exercer a supervisão de estágio é estar mergulhado (a) na dimensão educativa do trabalho e da formação profissional, na construção de conhecimentos, considerando que a supervisão é um espaço de vínculo do campo do trabalho profissional com as UFA's, sendo a escola o espaço de formação permanente, de arte e ciência. Afinal, no processo de supervisão há conhecimentos no campo da formação e do trabalho profissional, uma concretização da práxis profissional. Trata-se de um espaço de unidade entre assistente social, estudante, órgãos da categoria, unidade de ensino e espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, da profissão e dos conteúdos do Projeto Ético-Político. (CAPUTI, 2021, p. 143).

A partir das colocações da autora, podemos afirmar que sua concretização, perpassa por diversas dimensões da instituição da unidade formadora e do campo de estágio, mas também da organização política da categoria através dos seus órgãos representativos, que realiza a sua defesa e constrói instrumentos orientadores para sua efetivação.

As condições dos (as) supervisores (as) de campo e acadêmicos estão relacionadas com as condições de trabalho dos profissionais, onde refletem a precarização das condições de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

trabalho frente à reestruturação produtiva do capital, das políticas públicas e da educação em especial, o que reverberam nas condições objetivas e subjetivas, onde as questões éticas, técnicas e a própria formação do corpo docente e de profissionais, frente a contrarreforma da educação, apresenta como um dos determinantes. Destacam-se outros desafios enfrentados pelos docentes para a realização da supervisão:

Assim, a veiculação desses pressupostos via educação é fundamental para o projeto do grande capital. Na última década do século anterior, presenciais e no ensino público superior um verdadeiro sucateamento por meios de mecanismos legais que incentivaram consequentemente, a ampliação do ensino privado. Esses elementos não sincronizados caracterizaram a política educacional do ensino superior do período: 1) a redução progressiva do montante de recursos para a universidade; 2) as aposentadorias forçadas de docentes, devido às perdas de direitos oriundas da Reforma Previdenciária de 1998; 3) a não realização de concursos públicos durante os dois mandatos de FHC, forçando a realização de inúmeros contratos de professores substitutos; 4) congelamento salarial durante oito anos do governo FHC e institucionalização da Gratificação de Estímulo ao Trabalho Docente (GED); 5) privatização interna das universidades por meio das fundações; e 6) limitação da autonomia universitária, entre outros. Este processo não excluiu o Serviço Social. A pesquisa mostra que entre 1995 e 2002 foram criados mais de 49 cursos de Serviço Social. Atrelados a esse fenômeno, a diversificação das instituições de ensino possibilitou a proliferação de cursos de pouco custo em instituições de ensino superior que legalmente não são obrigadas a realizar pesquisas. Segundo a autora este processo arrebatador de crescimento de unidades de ensino, sobretudo privado, aparece como a real laicização e empresariamento do ensino de Serviço Social, articulado com o movimento do Estado brasileiro de incentivo à expansão do ensino superior, via setor privado e não confessional. (SANTOS, 2010, p. 389).

Destaca-se que outra problemática tratada pela PNE na qual coloca a importância de sua construção e efetivação está na expansão do ensino, atrelada a lógica mercadológica, principalmente do ensino privado e na modalidade à distância, trazendo graves rebatimentos na realização do estágio e na garantia da indissociabilidade teórico-prática e da supervisão acadêmica

[...] deparamos com a ampliação do EAD e suas implicações na qualidade da formação profissional do Assistente Social, notadamente, na realização do estágio supervisionado curricular obrigatório, processo no qual temos constatado descumprimento do que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares, com destaque para a não realização da supervisão conjunta entre supervisores acadêmicos e de campo e problemas relacionados à carga horária prevista para essa atividade. (ABEPSS, 2009, p. 164).

Na pandemia da COVID-19, percebemos o tanto que este cenário se agravou. É importante destacar que a modalidade de Ensino Remoto Emergencial (ERE) configurou-se como



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

uma saída frente a necessidade de garantir a continuidade do processo de formação e as medidas de sobrevivência para a maioria da população. Mas sabemos que o ERE escancarou a desigualdade no país relacionada com as condições do corpo discente para o acesso as tecnologias e das UFA's, principalmente as públicas de proporcionar as condições para a realização dessa modalidade, não somente de acesso a tecnologia, mas também as condições de sobrevivência dos discentes, profissionais e docentes, compreendendo que o ser humano é uma totalidade. Não basta ter acesso as tecnologias, se não tem acesso a permanência estudantil, questão que está no debate da categoria profissional e que também agravou no período da pandemia.

A disputa teórica no âmbito da formação profissional, neste cenário, é parte da luta mais geral, porque se conecta com o projeto de defesa dos interesses da classe trabalhadora deste país. Porém, tal disputa ocorre em um campo de batalha novo e distinto, que é a crise humanitária. Crise esta que possui elementos econômicos, socioculturais, ideológicos e políticos, mas é imperioso reconhecer que ela desnuda profundamente a desigualdade estrutural que fundamenta nossa sociedade, não só como estrutura teórica e política constitutiva das relações capitalistas. Esta crise desnuda a forma material na ponta da vida de cada sujeito da classe trabalhadora. Seja no roldão da pandemia, alastrando-se por uma política genocida; seja pela ausência de vacina; ou pelo crescimento do desemprego e a ampliação de sua precariedade e informalidade; ou, ainda, pela ampliação da condição de fome absoluta e relativa; e até mesmo quando enfrentamos as novas e precárias condições de trabalho e estudo. Em todas essas situações, a desigualdade é desnudada, de forma grandiosa, cruel e aviltante. No início deste ano [2021], o Brasil chegou a 14,4 milhões de pessoas na fila por um emprego; 6 milhões desistiram de procurar emprego; 39,6% da população ocupada está na informalidade. Estes são os dados apresentados pelo IBGE em seu portal, que revelam a ampliação da desigualdade. (ABEPSS, 2021, p. 8).

O debate em relação a importância dos fóruns de supervisão é resgatado pela categoria profissional a partir da PNE, enquanto espaço de qualificação da formação acadêmico-profissional e nela compreendida do estágio supervisionado principalmente na atual conjuntura de desmonte do Estado e de contrarreforma da educação, trazendo diversos rebatimentos para o ensino superior. Os fóruns de supervisão, propiciam o debate em relação aos desafios, atribuições, competências e forma de realização da supervisão, fortalece a categoria enquanto coletivo, articula os profissionais supervisores (as), aproximando-os dos órgãos representativos da categoria e do seu movimento político em defesa das bandeiras de luta da profissão, principalmente do direcionamento ético-político da ABEPSS e do debate contemporâneo em relação a formação em Serviço Social.

A PNE também se posiciona sobre o estágio obrigatório e não-obrigatório, que naquela conjuntura de aprovação de construção da PNE, era uma das temáticas que causavam dúvidas na categoria. O estágio curricular obrigatório é aquele necessário para a formação acadêmico-profissional em Serviço Social no âmbito da formação, que coletiva e politicamente, temos como norte as DC's da ABEPSS, referimo-nos dessa forma, devido a diferença entre as DC da ABEPSS e as aprovadas pelo MEC. Já o estágio não-obrigatório está preconizado pela lei 11.788/2008<sup>1</sup>, configurando-se como uma opção para o (a) discente, mas que deve ser oferecido pelas UFA's e seguir os mesmos parâmetros e prerrogativas do estágio curricular obrigatório. Configurando-se um desafio conforme preconizado anteriormente, diante da expansão do ensino e a dificuldade de oferta de campo de estágio para todos (as) discentes, principalmente àqueles que tem que realizar o estágio curricular obrigatório. Parece que esta questão ficou secundarizada no debate da profissão, não tendo tanta adesão pelo corpo discente.

Por fim, a PNE apresenta os desafios e tensões para a realização do estágio e sua qualificação na formação acadêmico-profissional frente a contrarreforma da educação e a configuração da universidade brasileira, com o desmonte do ensino superior público, a precarização da formação acadêmico-profissional, a expansão do ensino, principalmente do ensino privado e na modalidade à distância, a lógica empresarial cada vez mais inserida nas UFA's caracterizando seus objetivos históricos, direcionando suas pesquisas para os interesses do lucrativos e de acumulação de capital, a lógica produtivista em relação a produção e a formação de quadro de profissionais, os requisitos de eficiência e eficácia voltada para os interesses do mercado, entre outros elementos que refletem na disputa por projetos de formação profissional no interior da categoria.

No contexto de precarização e desregulamentação do trabalho e redução dos direitos, é importante destacar que a discussão do estágio supervisionado se coloca, ainda, como estratégia na defesa do projeto de formação profissional em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social. (ABEPSS, 2009, p. 169).

---

<sup>1</sup> A lei 11.788/2008, regulamenta o estágio em todo o território nacional, afirma ser atividade supervisionada, educativa, vinculada a uma unidade educacional seja de ns anos finais do ensino fundamental, médio, profissional, educação especial ou superior, através da inserção do educando no ambiente trabalho. A lei também regulamenta e garante o estágio curricular obrigatório e não-obrigatório. Para aprofundamento da legislação, consultar: BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1 de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. BRASIL. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm)>. Acesso em: 05 maio 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Dessa forma, a PNE enquanto uma estratégia de resistência e fortalecimento do estágio supervisionado no sentido de instrumentalizar ética, política e profissionalmente a categoria em defesa da qualidade da formação profissional. Ética, pois problematiza e qualifica o estágio a partir do projeto ético-político construído coletivamente. Política, pois reafirma esse projeto e por realizar sua defesa configura como posicionamento em defesa do estágio, tornando-se um instrumento de resistência e enfrentamento aos interesses do capital para a educação e profissional, pois apresenta importantes elementos para a operacionalização do estágio.

Contudo, sinalizamos os avanços que a PNE simboliza na formação acadêmico-profissional, trazendo elementos fundamentais, que ainda são desafios para a categoria, que não foram superados e que estão na centralidade do debate da categoria. Apesar da riqueza que esta simboliza, trazendo diversas questões que devem ser apropriadas pela categoria, ainda carece de pesquisa, aprofundamento e apropriação não se trata somente de um documento que orienta a profissão, mas representa uma defesa da qualidade da formação profissional, resistência e enfrentamento da lógica do capital hegemônica e seus rebatimentos no ensino superior e na formação acadêmico-profissional. A PNE reafirma a centralidade do estágio supervisionado, elucidando suas particularidades e, principalmente, dando a dimensão e real configuração em relação ao estágio enquanto atividade pedagógica inserido no projeto pedagógico do curso, ou seja, explicita a lógica que sustenta a sua compreensão e materialização.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estágio supervisionado configura-se como atividade curricular obrigatória, possuindo esta natureza diante da própria constituição da profissão no mundo do trabalho, enquanto profissão interventiva, precedida pela dimensão investigativa e formativa. Uma formação que de acordo com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, tem como perfil, a capacitação crítica com fundamento a teoria social crítica alicerçado no pensamento marxiano e marxista que dá os elementos para a construção dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos que direcionam e dão intencionalidade a dimensão técnico-operativa.

Ou seja, uma formação que está se assenta a um projeto de educação e societário, crítico e que aponta para um horizonte emancipatório. Essa direção social reafirma duas importantes premissas no Serviço Social: a direção política da profissão contrária a do projeto de educação





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

neoliberal em curso na sociedade brasileira e a importância do estágio supervisionado na lógica das Diretrizes Curriculares na defesa do perfil profissional construído historicamente, o que pressupõe a superação da fragmentação de conteúdos, a indissociabilidade entre teoria e prática, entre formação e supervisão e entre as dimensões interventiva, investigativa, educativa e organizativa da profissão. Afinal, numa perspectiva de totalidade, não é possível desvincular essas dimensões da profissão: ao sinalizar a tradição marxista como referencial da profissão, também se afirma a dimensão ético-política do projeto profissional construído coletivamente.

O estágio não configura como a única atividade que deve garantir a aproximação do/a discente com a realidade social, mas destaca-se a sua capacidade de garantir essa inserção a partir de duas tríades fundamentais: a primeira através da reflexão da realidade social a partir do plano de estágio e do projeto pedagógico do curso e dos conhecimentos construídos ao longo da graduação, e a segunda, por meio da indissociabilidade da supervisão, enquanto atividade pedagógica, permite que supervisor(a) de campo, estagiário(a) e supervisor(a) acadêmica, se debruçam sobre o trabalho profissional, problematizando e refletindo sobre a questão social e as particularidades no exercício profissional e as formas de respostas da profissão a partir de determinadas conjuntura sócio-políticas e institucionais, procurando nesse processo, crítico-reflexivo, apreender os limites, as possibilidades e as formas de respostas profissionais e coletivas em direção do projeto ético-político. Dessa forma, configura-se como a principal atividade que articula supervisão de campo e acadêmica, entre sujeitos em diferentes espaços que constroem uma análise crítica da profissão tendo como norte os princípios da formação e do trabalho profissional: trabalho e formação são vivenciados simultaneamente nesse processo.

Apesar dos avanços das DC's, tornou-se necessário a construção de uma política de estágio em âmbito nacional que reafirmasse o lugar do estágio supervisionado no processo de ensinagem em Serviço Social frente os desafios contemporâneos da formação acadêmico-profissional em Serviço Social. Dessa forma, a PNE caracteriza como um instrumento ético-político e pedagógico em defesa da formação e do significado do estágio supervisionado enquanto atividade curricular obrigatória.

A PNE contextualiza os desafios para a categoria profissional e reúne os principais elementos relacionados ao estágio: a concepção de estágio defendida pela categoria e materializada nas DC's, os princípios que norteiam a realização do estágio e da supervisão e os principais instrumentos para sua efetivação, as atribuições dos (as) sujeitos partícipes do





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

processo de supervisão, a importância dos fóruns de supervisão, entre outros elementos. Sendo dessa forma, um instrumento atenuado com os desafios do seu tempo e apresenta estratégias para o enfrentamento desses desafios.

É notório que a Política Nacional de Estágio contribuiu significativamente para as UFA's construir suas políticas de estágio em seus projetos pedagógicos, qualificando e instrumentalizando o corpo docente, discente e os campos de estágio a sua efetivação. Destaca-se a importância dos fóruns de supervisão na construção das políticas nas UFA's e de aproximação com a realidade dos campos de estágio, levando as demandas, desafios e as estratégias dos campos de estágio na sua qualificação e revisão dos projetos pedagógicos dos cursos, sempre em consonância com as prerrogativas da PNE.

Apesar do salto qualitativo, nota-se que mesmo após a implantação da PNE ainda existem poucas pesquisas em relação a temática do estágio e da supervisão em Serviço Social o que podemos visualizar pelas publicações de dissertações e teses. É fundamental que a categoria aprofunde e alargue nos diferentes espaços o debate em torno da temática, principalmente em relação a PNE que é um importante instrumento de resistência, defesa e de instrumentalização do estágio supervisionado em Serviço Social.

## REFERÊNCIAS

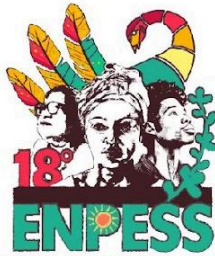
ABEPSS. CEDEPSS. **Diretrizes para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro e 1996)**. São Paulo, n. 7, p. 01-27, 1997. Disponível em: <[https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2023.

ABEPSS. **Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611\\_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf)>. Acesso em: 29 ago 2023.

BRASIL. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm)>. Acesso em: 05 maio 2024.

CAPUTI, L. **Supervisão de estágio em Serviço Social**. Campinas: Papel Social, 2021.

BURIOLLA, M. A. F. **O estágio supervisionado**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Acesso em: 27 jun. 2019. Disponível em: < [www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/02.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/02.pdf)>.

MARTINELLI, M. L. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, 2006.

OLIVEIRA, C. A. H. da S. Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social: Elementos para reflexão. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 1, n. 1, p. 99-110, jan./jun. 2009.

RIBEIRO, E. B. O estágio no processo de formação dos Assistentes Sociais. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 1, n. 1, p. 83-97, jan./jun. 2009.

SANTOS, M. dos S. **Na prática a teoria é outra?**: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.